



CRITICIDADE CONTRA AUTORITARISMO: A RELAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DO PROJovem URBANO/EJA – VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Ademir Schetini Júnior¹; Joscimara Nunes Lemos²

¹Graduado em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Educador de Ciências Humanas do Projovem Urbano (Vitória da Conquista/BA). E-mail: schetinijr@yahoo.com.br;

²Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Agente Escolar do Projovem Urbano (Vitória da Conquista/BA). E-mail: njoscimara@yahoo.com.br

EIXO TEMÁTICO: SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: IDENTIDADE E DIVERSIDADE (EIXO 2)

RESUMO

As palavras que permeiam esta comunicação aludem aos conceitos de *educação libertadora* presente em Paulo Freire (2011), de *dialogia* inscrito em Martin Buber (1979) e de *poder* escavado das fundas estruturas por Michel Foucault (1999b). No contexto do Projovem Urbano – PJU, tais discussões permitem compreender a necessidade da aplicabilidade do diálogo enquanto forma de mediar as relações educando e seus pares/educandos e professores e o processo de ensino e aprendizagem. Sobretudo, permitem elucidar e, portanto, delimitar o tipo de educação e finalidades que se pretendem alcançar mediante as ações pedagógicas tecidas no âmbito escolar, tornando os educadores sapientes de suas práticas e os educandos sujeitos ativos não somente no processo de ensino e aprendizagem, mas, principalmente, na conjuntura social.

Os seguintes tópicos apresentam as concepções integrativas de três conceitos que, unidos, darão sentido à hipótese levantada: i) apoiado em Michel Foucault, discute-se a respeito da epiderme dos *poderes* na sociedade pós-industrial, teoria da qual sublinhamos duas formas (disciplina e biopoder) e a superação da *sociedade disciplinar* para a *sociedade de controle*; ii) depois, com referência ao austríaco Martin Buber, busca-se evocar o conceito de *dialogia* exposto em sua teoria da relação; iii) por fim, sugerimos como antítese à *sociedade de controle* o conceito de *educação libertadora* formulado por Paulo Freire – pedagogo que enfrenta atualmente, no Brasil, uma avalanche de depreciações, tais como “doutrinador marxista”.

A obra de Paulo Freire deslinda um fator significativo. O que nos falta não é puramente uma educação, no caso, escolar. Educação que necessita de ampla difusão, evidentemente. Na concepção de Freire, importa questionar que *tipo* de educação se constrói no seio da sociedade.

Não é à toa que o filósofo francês Michel Foucault publica, na década de 1970, uma obra que indica a relação, no seu princípio, entre escola e prisão. Vigiar e punir são dois aspectos fundamentais da escola naqueles moldes. Nas teias dos micropoderes, o lugar “é”, o sujeito ocupa-o momentaneamente dentro da determinada hierarquia. No decorrer do processo de ensino – por exemplo, no período letivo – a punição seria uma atitude pedagógica e teria função homogeneizadora. “Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo [...], da atividade [...], da maneira de ser [...], dos discursos [...], do corpo [...], da sexualidade [...]” (FOUCAULT, 1999b, p. 149). Enfim, disciplinar para “normalizar”.



As práticas pedagógicas, longe de uma acusada neutralidade, permitem elucidar as finalidades, interesses e necessidades que se cumprem com o processo educativo e, por conseguinte, suscitam a indagação: educação para quê? A partir de tal pressuposto, entrelaçado com práticas pedagógicas desenvolvidas no Projovem Urbano, sob a consigna da criticidade como elemento central e norteador de uma educação que procura se desvencilhar do autoritarismo, analisa-se a importância e impacto das relações educadores/educandos para os educandos que fazem parte desta política pública, voltada para jovens entre 18 e 29 anos e que saibam ler e escrever, que visa, além da conclusão do ensino básico, a qualificação profissional e a participação cidadã.

Entender a função da escola pressupõe compreendê-la como parte indissociada de uma totalidade de relações (econômicas, sociais, políticas) que a conformam e que são conformadas por ela. A tessitura de relações no âmbito institucional, bem como a definição de objetivos pretendidos, atendem a interesses que tampouco são isentos de uma ideologia dominante. Anula-se, assim, por intermédio do autoritarismo, a possibilidade de construção de uma postura autônoma e de ações libertadoras pelos educandos, à medida que esses internalizam ideias que se legitimam enquanto verdades irrefutáveis. A constatação de que “o exercício do poder é, sem dúvida, mais fácil de ser exercido do que administrar relações democráticas” (ZAGURY, 2009, p. 25-26) faz-nos pensar na comodidade do autoritarismo.

Sobre tal educação pragmática, transportada por princípios neoliberais, Freire (2011, p. 140) alerta sobre a “atividade anti-humanista” que ela induz. O que não implica, em última instância, na incompetência da cognoscibilidade ou incapacitação profissional. Todavia, é insuficiente apenas criar um bom profissional.

As ações pedagógicas no Projovem Urbano se assentam na busca constante e incessante pelo devir. Para além da retomada da condição de educandos, pois muitos abandonaram a escola, visa-se, de forma implícita, a reconstrução da autoestima e da percepção de si enquanto sujeito histórico produtor e reproduzidor das relações e da materialidade socioespacial e, por conseguinte, investido de direitos sobre os produtos sociais produzidos coletivamente e apropriados de forma desigual. Neste sentido, destacamos a fala de uma aluna entrevistada sobre quais conhecimentos construídos no Projovem Urbano foram importantes: “Foi o da democracia que eu não tinha nenhum conhecimento nem sabia o que o era democracia”. A própria proposta curricular visa à formação integrada, bem como à

Promoção da equidade e, assim, considerando as especificidades de seu público: a condição juvenil e a imperativa necessidade de superar a situação de exclusão em que se encontram esses jovens no que se refere aos direitos à educação, ao trabalho e à cidadania. Entende-se ainda que o acesso a esses direitos, assim como a outros direitos universais, só será pleno quando a sociedade reconhecê-los e, particularmente, quando os segmentos deles privados assumirem-se como cidadãos ativos, conscientes de seu direito a ter direito e da necessidade de lutar por eles (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p. 104).

Um elemento do tripé do Projovem, portanto, é a Participação Cidadã. Esse componente visa “levantar problemas da comunidade e caracterizá-los no ‘Mapa dos Desafios’, bem como preparar as mudanças que se espera sejam realizadas com a ação social que os jovens irão desenvolver” (MANUAL DO EDUCADOR, 2012, p. 104).

Pode-se afirmar que, mais do que a elevação da escolaridade, associada à qualificação profissional inicial e a participação cidadã, o Projovem Urbano se constitui enquanto possibilidade de (re)construção subjetiva da identidade, em contraposição à metamorfose do cidadão imperfeito em consumidor mais-que-perfeito, mutilado em suas condições reais de



consumo. Isto exige a constituição de uma autonomia que só pode ser adquirida por meio do diálogo e não do autoritarismo, haja vista que esse é capaz de soterrar perspectivas, suplantar desideratos, diluir sonhos e abortar o germen de uma educação libertadora.

Em detrimento ao autoritarismo, a criticidade implica diálogo. De acordo com Benincá (1985, p. 24), o diálogo “não é utilizado apenas como uma estratégia pedagógica para a consecução dos objetivos propostos, mas é concebido, também, como princípio educativo”. Ao contrário da dialogia da tradição platônica imortalizada no caráter obducto do interlocutor passivo, assistente, concordante, conduzido pelas artimanhas retóricas do enunciador, toma-se a noção buberiana como plausível à relação dialógica. “Eu” não existe isolado, sem “Outro” com quem harmoniza, diverge, dialoga, reconcilia. O encontro é vital para sobrevivência do Eu, “a finalidade da relação é o seu próprio ser, ou seja, o contato com o Tu” (BUBER, 1979, p. 73). Segundo Nardella-Dellova (2009, p. 55-56), “se a maioria dos homens entendesse esta lição [...] não haveria tantas crianças nas ruas mendigando, não haveria um exército de jovens a serviço do narcotráfico nem haveria um exército de homens e mulheres a serviço dos sepulcros”.

De acordo com outro educando do Projovem Urbano de Vitória da Conquista entrevistado, “o perfil dos professores é voltado para a relação direta de professor e aluno, permitindo troca de ideias”. Como se percebe, a metodologia para o presente trabalho é constituída de observações sistemáticas das experiências pedagógicas, entrevistas, aplicação de questionário.

São incabíveis no Projovem ações pedagógicas embasadas no autoritarismo. Essa forma de mediação é um elemento estratégico de internalização de um capital cultural idiossincrático à seleção escolar e social, via apreensão de ideologias, crenças, ideias e formas de se perceber essenciais à reprodução das desigualdades sociais inerentes ao capitalismo, o que vai de encontro à educação libertadora, pois são negadas a carga cultural e as experiências de vida dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Projovem Urbano/EJA; criticidade; antiautoritarismo.

REFERÊNCIAS

- BENINCÁ, Elli. “A prática pedagógica da sala de aula: princípios e métodos de uma ação dialógica” (p. 19-32). In: **Cadernos Pedagógicos**, 4 ed. Passo Fundo: Gráfica e Editora da UPF, ano 1, nº 4, 1985.
- BUBER, Martin. **Eu e Tu**. 2 ed. São Paulo: Editora Moraes, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- MANUAL DO EDUCADOR: Orientações Gerais**. Brasília: Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem Urbano, 2012.
- NARDELLA-DELLOVA, Pietro. **A morte do poeta dos penhascos e outros diálogos monólogos**. São Paulo: Scortecci, 2009.
- ZAGURY, Tania. **O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.